

II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ILHA DE SUPERAGUI: A EMANCIPAÇÃO SOCIAL PASSA PELA ESCOLA

Joel Silva dos Santos¹
Roberto Martins de Souza²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo compreender o papel emancipador da escola do campo na construção do conhecimento sobre as transformações sociais ocorridas no espaço do Campo/Ilhas, no âmbito das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Superagui, litoral do Paraná, bem como colaborar ativamente no processo de construção identitária do referido grupo social. A criação do Parque Nacional, naquela região, ampliou o processo de ocultamento dos sujeitos, devido às intervenções ambientais conflituosas, que cercearam as práticas sociais tradicionais, refletindo na desorganização social dos habitantes daquela comunidade, inviabilizando a reprodução dos saberes das gerações anteriores à geração atual, no âmbito da categoria de pescadores artesanais. Para reverter esse processo de recrudescimento de direitos, a escola do campo, por meio da concepção da Educação do Campo cumpre papel fundamental no reconhecimento dos sujeitos, integrando comunidade/escola, num esforço de preservar a identidade, cultura e território.

Palavras-chave: Educação do Campo; Território; Identidade; Ilha de Superagui.

Introdução

O conhecimento do contexto da ação do PIBID Ciências Sociais IFPR informa a necessidade de conhecermos os conflitos que atingem o mundo do trabalho e o território da comunidade tradicional de Superagui, Município de Guaraqueçaba, PR. Dessa forma podemos evidenciar a importância da escola na desconstrução do imaginário social que reserva aos pescadores artesanais uma visão estereotipada e da Ilha de Superagui como um lugar de atraso cultural e científico, amparada pelo discurso dominante³ de viés ambientalista, onde essa região é descrita como despovoadas ou decadentes, ou até mesmo, que as comunidades de pescadores artesanais são causadoras de degradações ambientais, tais como, escassez de pesca, degradação do solo e matas, através da pequena agricultura e extrativismo vegetal. O sentido prático dessa perspectiva tem promovido o esvaziamento e transformação das práticas tradicionais, criando obstruções e impedindo o acesso aos recursos naturais as comunidades tradicionais da região de Guaraqueçaba.

Nesse sentido, a proposta da Educação do Campo/Ilha através de seu viés crítico e humanizador, é uma possibilidade de colocar a escola do campo como instrumento da emancipação social das comunidades tradicionais em consonância com a LDB/1996. Nela se extrai as orientações que resguardam o papel da escola como promotora do reconhecimento dos pescadores artesanais, no esforço de fortalecer a postura reivindicatória de políticas públicas e de direitos frente ao Estado, bem

¹ Graduando na Licenciatura em Ciências Sociais – IFPR. Bolsista PIBID Subprojeto Ciências Sociais. Joel_inter1@hotmail.com

² Docente IFPR – Coordenador Subprojeto Ciências Sociais IFPR. Doutor Sociologia. Roberto.souza@ifpr.edu.br

³ Essa visão materializa-se com a criação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba em 1985 e o Parque Nacional de Superagui em 1989

como, fomentar o desejo de luta pelo território, a manutenção da cultura e a valorização da identidade, culminando, portanto, no processo de emancipação dos sujeitos.

Desenvolvimento

A consequência direta do controle e regramento do Estado sobre áreas de uso das comunidades tradicionais é o impedimento de práticas tradicionais via restrições de uso do território e marginalização dos seus agentes sociais, isto é, pescadores e pescadoras artesanais. Tais situações concretas promovem a desestruturação da organização social do grupo tradicional ao limitar e impedir suas formas de trabalho. A legitimação desse processo tem amparo na reprodução social operada pela escola ao negar os conflitos que afetam o mundo do trabalho, a identidade e território das comunidades de pescadores artesanais.

Por esta razão, em 2009 elabora-se a Proposta Política Pedagógica das Ilhas, na esteira do avanço das políticas públicas referidas a Educação do Campo no país e no Paraná. Contrário a visão universalista que faz da invisibilidade dos sujeitos e sua indiferença as características do processo educativo, baseando-se na cultura urbanocêntrica e descontextualizada para tratar de realidades sociais distintas. De outra forma, no PPP das Ilhas os eixos temáticos evidenciam categorias sociais que identificam as especificidades locais do “mundo das Ilhas”, abrindo espaço para que temas como: modo de vida, identidade, território, trabalho, saúde, políticas, natureza e poder sejam pensadas a partir do contexto local.

No lastro desse debate, o PPP das Ilhas reforça esse posicionamento ao trazer objetivos que dão suporte às comunidades de pescadores artesanais, tais quais:

Valorizar e garantir a diversidade socioambiental, econômica e cultural (...), atividades laborais a fim de reconhecer e respeitar os direitos culturais, as práticas comunitárias, as memórias e identidades; **Propiciar a construção da autonomia e da emancipação, voltadas ao desenvolvimento social, em seus territórios por meio do acesso aos saberes escolares para que os sujeitos possam participar plenamente em condições de igualdade, na própria comunidade, em âmbito nacional e mundial;** Por meio da gestão democrática, fortalecer as relações dialógicas entre as instâncias de educação escolar e não escolar, visando valorizar e socializar os saberes tradicionais das diferentes comunidades, garantindo a participação dos ilhéus na elaboração e execução dos processos educativos escolares; Ampliar a visibilidade social dos ilhéus, a fim de que a sociedade e suas instituições, sobretudo os órgãos públicos, os reconheçam enquanto sujeitos de direito (SEED, 2009, p. 9. *grifo nosso*).

Essa proposição denota o compromisso da escola do campo no processo de construção da autonomia e emancipação dos sujeitos das ilhas. A fim de realizarmos o esforço de construção da Educação do Campo, de fato, na prática, recorreremos a observação da realidade social com o

objetivo de identificar quais situações do cotidiano – saberes e práticas tradicionais - compõe os eixos temáticos propostos. Estes organizam o planejamento das aulas e são instrumentalizadas pelos conceitos e teorias propostos pelos conteúdos estruturantes. Dessa forma partindo do eixo temático, selecionamos o tema proposto em sala partindo dos saberes tradicionais oriundos do contexto local: modos de vida, cultura e território, trazendo o papel reflexivo crítico e humanizador, tão vital para a consolidação da afirmação identitária dos sujeitos.

A preparação das aulas na área de Ciências Humanas I, tem nos exigido atividades de reconhecimento da realidade local, que ocorrem mediante visitas mensais à Ilha de Superagui, para contato com a dinâmica da escola do campo e seu funcionamento, a realização de entrevistas com lideranças da comunidade, praticar a observação das aulas, realizar reuniões preparatórias para apoio na produção das aulas e organizar as “rodas de conversa” que são momentos que envolvem lideranças locais, professores, estudantes em sala de aula para debater os eixos temáticos. Numa breve apresentação acerca da última visita á Ilha, pudemos realizar algumas visitas á escola, sendo, uma de caráter sociabilizador – roda de conversa -, onde o processo de integração comunidade escola é precípua á atuação do conjunto do programa, visando à unificação de todo o corpo social e um eixo de fortalecimento da proposta de Educação do Campo. Como parte do fruto alcançado nesse projeto, em dado momento, a diretora da escola em que estamos atuando, avalizou o projeto do Pibid e firmou o compromisso com o programa, sendo possível essa mesma reunião juntamente com escola e comunidade, ser realizada a cada mês.

934

Conclusão

Nossa tarefa enquanto bolsistas do Pibid- Ilha de Superagui -, é conhecermos a realidade local a fim de colaborarmos na mediação entre professor, comunidade e estudante, visando a preparação de aulas contextualizadas nos sujeitos do campo. Nosso interesse é instigar a percepção das relações sociais presentes no território em que vivem e despertar para a construção de seu papel como sujeitos atuantes e que respondem ás diversas situações postas aos seus domínios, considerando os conflitos no mundo do trabalho como fonte de sua reflexão.

Por isso, tendo em vista que a nossa proposta de trabalho está em andamento, portanto, não é conclusiva, pode-se afirmar que os estudos realizados em campo até o presente momento apontam para um avanço considerável no que tange, por enquanto, na implantação da proposta de educação do campo, bem como seu fortalecimento.

Referencia bibliográfica

PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Educação do Campo. SEED.Curitiba, 2006.

PARANÁ. Proposta Política Pedagógica das Ilhas do Litoral Norte. SEED, Curitiba, 2009.